

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.898 - PR (2019/0300343-8)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : JEFFREY CHIUINI DA COSTA E OUTRO
ADVOGADOS : JEFFREY CHIUINI DA COSTA - PR065371
ISADORA ASTETE PANZA - PR098061
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : WANDERSON TEIXEIRA RIGOTTI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido de liminar, impetrado em benefício de WANDERSON TEIXEIRA RIGOTTI contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no julgamento do HC n. 0047757-08.2019.8.16.0000.

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente em 4/6/2019 e denunciado por ter supostamente praticado os crimes de fraude processual, inserção de dados falsos em sistema de informação e homicídio qualificado (arts. 347, parágrafo único, 313-A e art. 121, § 2º, II e IV, todos do Código Penal).

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (fl. 48):

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO, FRAUDE PROCESSUAL E INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. MANUTENÇÃO. ALEGAÇÃO DE INSUBSISTÊNCIA DOS REQUISITOS QUE AUTORIZARAM A DECRETAÇÃO DA MEDIDA EXTREMA. LEGALIDADE DA CUSTÓDIA E IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES JÁ RECONHECIDAS, PELA CÂMARA, NO JULGAMENTO DE HABEAS CORPUS ANTERIOR. AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO FÁTICA APTA A MODIFICAR O QUADRO PRISIONAL. MERA REITERAÇÃO. ORDEM NÃO CONHECIDA.

No presente *writ*, a impetrante aduz que a segregação carece de fundamentação concreta, eis que não estão presentes os requisitos descritos no art. 312 do Código de Processo Penal, tendo sido erroneamente justificada na gravidade abstrata do delito.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela revogação da custódia com a expedição do alvará de soltura.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator